

Educação e a crise do capitalismo real.

Gaudêncio Frigotto

Danielly dos Santos Queiros

Gaudêncio Frigotto tem por objetivo principal neste livro a análise da crise do capitalismo real a partir dos anos 70 até os nossos dias, tendo em vista as perspectivas de políticas e ideologias neoliberais ou conservadoras de vários segmentos como os defensores da sociedade do conhecimento, os críticos da sociedade do trabalho e os “homens de negócios” (assim chamados pelo autor), os representantes de instituições como o FMI, o BID, o BIRD, além de suas representações regionais Cepal e Oerlac. Ao lado disto, mas não menos importante, está a discussão sobre a educação enquanto formadora de profissionais (teoria do capital humano) e, mais que isto, uma esfera da vida social onde a qualificação humana, de modo mais amplo, está em jogo e é um campo de disputa hegemônica.

Frigotto optou por uma visão marxista desta relação educação-trabalho por entender que, apesar da teoria marxista ter sofrido severas críticas — principalmente após a queda do socialismo real — essa tradição teórica continua com capacidade explicativa diante do capitalismo, mesmo porque Marx e Engels fizeram do capitalismo seu principal objeto de estudo.

Aprofundando esta perspectiva, o autor identifica as políticas/ideologias neoliberais como defensoras da restrição à liberdade e à democracia, além de postular as leis reguladoras do próprio mercado e a livre concorrência

Frigotto, Gaudêncio (1995) *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 231 p.

Danielly dos Santos Queiros é aluna do Mestrado do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

como indispensáveis para o triunfo do capitalismo. Frigotto faz questão de frisar sua posição contrária em relação a isto, advertindo que o mercado não regula direitos como a saúde, a educação, a cultura etc., e a democracia deve ser um valor universal.

Seguindo a linha de discussão da crise do capitalismo, do socialismo e particularmente do Estado de Bem-Estar Social, o autor critica as teses que sentenciam o fim de categorias como a sociedade do trabalho, as classes sociais e a perda da importância do conceito de trabalho, por alegarem que estas categorias não mais sustentam satisfatoriamente as análises sobre as relações sociais.

No primeiro capítulo, Frigotto caracteriza a educação como um campo de disputa de interesses de classes pelas concepções do que devem ser os processos e conteúdos educativos na escola visando a produção e reprodução técnica, social e ideológica não só das forças de trabalho, como da formação humana.

Gaudêncio Frigotto é perspicaz quando assinala a relação entre processo produtivo e processo educativo a partir de determinações de relações capitalistas que passam a ser naturalizadas e, por isso, independentes das relações de classes e de poder, como o mercado e a tecnologia. Assim considerada, a educação fica atrelada às demandas de acumulação capitalista. O que o autor defende é a relação educação-trabalho vista de outra forma. Ele considera o trabalho, tal como Marx e Engels o fazem, um princípio educativo e criador da realidade e a educação um princípio de desenvolvimento das necessidades humanas (físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas), possibilitando a expansão da capacidade de trabalho. Esse último conceito, então, está intimamente ligado à condição humana e não deve ser passível de mercantilização.

Frigotto descreve as contradições econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira a partir do século XVIII. Sociedade esta marcada pela estratégia da conciliação através do paternalismo e do clientelismo, além do autoritarismo e — em nível do discurso — do liberalismo. Só a partir dos anos 60, os movimentos sociais mobilizam-se para a defesa de uma sociedade mais democrática, exigindo-se a ampliação da educação e cultura populares.

Retomando a relação educação-trabalho, Frigotto analisa a teoria do capital humano e descreve suas raízes no Brasil: anos 40 — criação do Senai e Senac — e anos 60 — visão economicista dos militares no poder. O autor

observa que as discussões sobre educação nos anos 90 têm se dirigido para a questão da escola unitária (proposta de Gramsci) e para a formação tecnológica ou politécnica em oposição às idéias neoliberais de uma escola instrumental e fragmentária para a preparação exclusiva de trabalhadores.

Especificando sua análise sobre a relação educação-trabalho, o autor coloca em pauta o papel que a categoria tecnologia tem exercido em termos de mudanças na produção, haja vista a crise do modelo fordista. G. Frigotto entende esta crise como um desafio de “novas formas de sociabilidade do capital”. Alguns estudiosos sinalizam para o progresso técnico e do conhecimento como possível saída, mas Frigotto elucida que o conhecimento tanto pode servir para o projeto neoconservador quanto pode ser um instrumento a serviço dos interesses dos trabalhadores.

A crise da tecnologia rígida do taylorismo tem seu substitutivo na tecnologia flexível, na participação coletiva, na competência, na competitividade e qualidade total; já na esfera que diz respeito à educação os conceitos são de pedagogia da qualidade, multi-habilitação, policognição, polivalência e formação abstrata. Frigotto duvida do valor ideológico destas categorias e pergunta quais as finalidades por trás destas novas demandas sobre trabalho e educação.

O autor identifica, então, uma contradição que pode passar despercebida, que é a das demandas por profissionais flexíveis e participativos numa conjuntura de ajuste neoliberal no plano econômico-social. O que Frigotto pretende desvendar em seu livro, como causa deste processo de flexibilização da economia, é a crise do modelo de desenvolvimento econômico, do fundo público, particularmente do Estado de Bem-Estar que, por sua vez, traz a conseqüência de “desmercantilizar a força de trabalho”. Isto provoca uma tentativa de aumentar o tempo livre do trabalhador. Daí derivam, aponta Frigotto, as teses sobre o fim da sociedade do trabalho, do trabalho abstrato (troca da capacidade produtiva por um salário) e das classes sociais.

No segundo capítulo, o autor pretende aprofundar o tópico sobre a crise e observa que, mais do que o fim da história e supremacia do “deus regulador” do mercado, vive-se hoje, adicionada à queda do socialismo, a crise do mais longo período de acumulação capitalista. Com o avanço tecnológico, a tentativa de aumentar o tempo livre tornou-se para o trabalhador um pesadelo. Agora o trabalhador luta para continuar como mercadoria.

Frigotto coloca-se contra as justificativas das teses neoliberais que sugerem como causas da crise a interferência excessiva do Estado e as

garantias sociais dos trabalhadores como os ganhos de produtividade e a estabilidade. O autor, à luz de Marx, desmascara a tese de que no capitalismo os agentes econômicos teriam equilíbrio e igualdade, para reforçar a idéia de que as relações sociais capitalistas são viciadas pela exclusão e têm um caráter contraditório que leva seu sistema econômico a ter crises cíclicas. Frigotto acrescenta a estas crises elementos históricos específicos a cada ciclo, como é o caso desta crise dos anos 70/90, que tem sua raiz na Grande Depressão do final dos anos 20, surgindo elementos novos como, por exemplo, a intervenção do fundo público.

A crise do anos 30, observa Frigotto, teve como estratégias de resolução um Estado de Bem-Estar que não conseguiu aplacar o caráter de exclusão e de concentração do capital do modelo fordista. No plano econômico, o próprio processo de produção em massa trouxe a necessidade de investir também nos consumidores; no plano político, a social-democracia convenceu a opinião pública da necessidade de aplicação de políticas sociais que visavam à manutenção do emprego e à garantia de formas de sobrevivência (previdência, seguro-desemprego, etc.). O Estado tinha, então, o dever de financiar o capital privado para garantir o emprego ao trabalhador. Com o mercado saturado, a concorrência, a crise fiscal e inflacionária, a economia estagnou-se e as políticas neoliberais defendem o Estado Mínimo, além de uma liberação das "leis naturais do mercado".

Frigotto vê uma reestruturação capitalista que busca enfrentar esta crise por meio de uma reconversão tecnológica e empresarial, recombinação das forças de trabalho e estruturas financeiras. A tentativa neoconservadora, que tem suas raízes teóricas em Hayek (anos 40) e Friedman (anos 70), é de reabilitar a reprodução de capital para a exclusão social. Exclusão esta, pela maior concentração do capital, do poder e do conhecimento não só dentro de cada país como na divisão entre países ricos (Grupo dos 7, GATT, etc.) e países de Terceiro Mundo.

Frigotto começa o terceiro capítulo considerando a discussão sobre o fim da sociedade do trabalho, a não-centralidade do trabalho como categoria de análise das relações sociais e o fim das classes sociais. Sua abordagem tem em vista três autores: Claus Offe, Adam Schaff e Robert Kurz. O autor nos lembra que esses três estudiosos vêm de tradições teóricas distintas, mas que acabaram chegando a conclusões convergentes sobre a categoria trabalho. Frigotto, então, expõe didaticamente as idéias centrais dos três autores, para posteriormente, travar diálogo com os teóricos. Ele admite, primeira-

mente, que as mudanças no processo e na organização da produção têm sido significativas. O autor discorda é da interpretação destes fatos, isto é, a mudança de um fenômeno não lhe tira necessariamente o caráter central na análise da vida social.

Completando sua análise sobre a relação educação-trabalho, no último capítulo, ele busca explicitar a moldagem que o discurso liberal e, em contrapartida, a alternativa democrática procuram exercer sobre o processo educacional. O autor parte do pressuposto de que as mudanças na reprodução de capital, como o progresso técnico, estão demandando mudanças também na educação e qualificação humana. Frigotto defende uma democratização, trazendo para a esfera pública a própria tecnologia, o conhecimento e a qualificação.

A nova qualificação que Frigotto registra está fundamentada numa tentativa de fazer do trabalhador alguém que tenha variados tipos de conhecimentos para que possa atuar em diversas áreas. É a policognição. As principais palavras-chave deste discurso são globalização, integração, flexibilidade, competitividade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade, formação polivalente e “valorização do trabalhador”, além da defesa da educação geral. Frigotto desconfia desta “súbita valorização da dimensão humana do trabalhador” e afirma que estas demandas estão em correspondência com as novas necessidades (informatização, baixos custos de energia e trabalho, robotização e microeletrônica) para acumulação e concentração de capital, tendo em vista os obstáculos e contradições que o capitalismo vem enfrentando hoje.

Frigotto desvenda as contradições e inadequações de várias políticas propostas por uma elite “oligárquica e atrasada” (instituições ligadas ao empresariado como Fiesp, CNI, IEL, Senai e Iedi estão incluídas nessa elite) adotadas no país para o aperfeiçoamento das práticas educacionais, baseadas na idéia do Estado Mínimo através de programas conveniados com empresas privadas e escolas cooperativas de sindicatos. Todavia, a maior parte dessas iniciativas têm o financiamento do fundo público.

A esta altura, Frigotto busca descrever e interpretar a proposta de educação daqueles compromissados com a democracia e com a classe trabalhadora. O autor menciona o caráter utilitarista da proposta neoliberal e aponta em oposição os conceitos-chave da proposta alternativa: escola unitária, formação politécnica e tecnologia industrial. Essa proposta é sustentada por um partido de massa, um sindicalismo de “novo tipo” e movi-

mentos sociais redefinidos diante do Estado. Esta classe defende o fundo público e função social da escola.

A escola unitária refere-se a uma base de conhecimentos técnico-científicos e de conhecimentos universais promovendo, assim, a interdisciplinariedade em contraposição a uma dualidade defendida pelos neoconservadores. A indústria e a tecnologia, então, deveriam ter um enfoque de formação politécnica, mas que buscasse aliada a isto uma emancipação humana estreitamente comprometida com a universalidade e a democracia.

Em sua conclusão, Frigotto descarta a idéia de que existe uma única alternativa para a sociedade. A história ainda não acabou e o capitalismo não é um sistema definitivo. Todas as novas demandas no mercado de trabalho e na educação estão intimamente relacionadas à crise estrutural do capitalismo e do socialismo. O Estado de Bem-Estar é um exemplo preciso das contradições capitalistas que, num primeiro momento, auxiliou no processo de acumulação, mas também garantiu direitos sociais, “desmercantilizando a força de trabalho”.

Frigotto vai em defesa da escola unitária e pública ligada a uma concepção de industrialismo de novo tipo, além da busca da dilatação da esfera pública, chamando à responsabilidade os sujeitos sociais na disputa democrática da hegemonia. Aos princípios de liberdade, autonomia e qualidade defendidos pelos neoliberais, Frigotto acrescenta os princípios de igualdade, democracia e solidariedade.